

NOVO GOVERNO

Planalto quer menos impostos sobre fundos de investimentos com o objetivo de captar R\$ 80 bi, que seriam destinados a obras, como estradas e hidrelétricas. Outra proposta em estudo é a utilização do FGTS

Mais dinheiro para infra-estrutura

MARCELO TOKARSKI
E RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

Ainda sem saber que medidas adotar para reduzir o déficit da Previdência e aumentar a capacidade de investimento do Estado, o governo Lula está buscando outras formas de estimular o crescimento da economia a um ritmo de 5% ao ano. Ontem pela manhã, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto. À tarde, conversou com os ministros Nelson Machado (Previdência), Luiz Marinho (Trabalho) e Márcio Fortes (Cidades). O objetivo era fechar parte do pacote fiscal que deve ser anunciado ainda nesta semana, e que incluirá a desoneração de impostos para fundos de investimentos que financiem obras em infra-estrutura e novas medidas de estímulo à habitação e ao saneamento básico.

Proposta

Mantega adiantou que o governo vai reduzir o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os fundos de investimentos que utilizem recursos para financiar obras em infra-estrutura. A proposta foi feita ao governo pela Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib). "Já encampeei essa proposta e o presidente também gosta. Será uma das propostas a serem implementadas", anunciou. Pela sugestão da Abdib, com o estímulo tributário os fundos seriam capazes de captar cerca de R\$ 80 bilhões.

Celso Júnior/AE



GUIDO MANTEGA (E), COM O SECRETÁRIO-EXECUTIVO BERNARD APPY: REFORMA DA PREVIDÊNCIA NÃO ESTÁ ENTRE AS PRIORIDADES DO GOVERNO LULA

O ministro disse ainda que o governo vai anunciar novas medidas de estímulo à habitação e ao saneamento básico, mas não quis entrar em detalhes. "São medidas novas", prometeu. Questionado sobre a ousadia cobrada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criticou a mesmice das propostas econômicas, Mantega afirmou: "A ousadia tem que estar casada com outras medidas de modo que o equilíbrio se mantenha, porque ninguém quer abrir mão do equilíbrio fiscal".

Outra proposta que deve ser

incluída no pacote fiscal é o uso de recursos do FGTS para financiar obras em infra-estrutura, como estradas, portos, ferrovias e hidrelétricas. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, apresentou a sugestão a Mantega e garantiu que Lula já deu o aval para a idéia, que será enviada ao Congresso. Segundo o ministro, o fundo vai destinar para as obras um montante equivalente a até 80% do patrimônio líquido do FGTS, que hoje é de cerca de R\$ 20 bilhões. "Isso daria um teto de R\$ 16 bilhões. É o valor fixado no mo-

mento. No ano que vem, pode ser um valor maior ainda", disse Marinho.

Questionado sobre se o governo estaria avaliando a possibilidade de instituir uma idade mínima para a aposentadoria dos trabalhadores do setor privado — hoje, o benefício é obtido por tempo de contribuição —, Mantega deu a entender que a reforma não é prioridade no momento. "Aceito discutir tudo, mas eu tenho prioridades para debater. Não sei se essa é uma delas. A prioridade maior para a Previdência é discutir um programa

que foi apresentado pelo empresário (Jorge) Gerdau que diz ser possível reduzir R\$ 50 bilhões em gastos da Previdência", afirmou o ministro, referindo-se a um estudo elaborado pelo economista Vicente Falconi, que defende a adoção de medidas de gestão para reduzir as despesas da Previdência em R\$ 50 bilhões ao longo dos próximos três ou quatro anos. Falconi é ligado ao governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB). Procurado pela reportagem, Falconi informou que não falaria sobre o estudo entregue ao governo.